

Governo estuda o fim das restrições

cambiais

BRASILIA — O Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda, revelou ontem que o Governo, juntamente com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que se encontra no País, está estudando o fim das restrições cambiais incidentes sobre as remessas de royalties, assistência técnica, lucros e dividendos, além daquelas que recaem, através do confisco, sobre as exportações de cacau, café e outros produtos industrializados.

Segundo Ikeda, em relação ao confisco, uma das várias alternativas em exame é passar a cobrar alguns deles, como o do café e o do cacau, no momento do embarque e não mais no fechamento do câmbio. Ikeda descartou, contudo, a hipótese do Governo vir a adotar o câmbio duplo — aceito pelo FMI no caso do México — como forma de compensar as exportações pela redução nos subsídios ao crédito com uma taxa cambial mais elevada do que a cobrada nas operações financeiras. “O câmbio duplo cria distorções ao longo do tempo”, afirmou o Chefe da Assessoria Econômica.

A missão do FMI, formada pelos economistas Ana Maria Juhl e Henry Ghesquière, está em Brasília, entre outros objetivos, para definir com o Governo as medidas que darão início ao processo de retirada das restrições cambiais de menor porte adotadas atualmente pelo País, segundo informou Ikeda.

O Governo havia se comprometido, através da terceira carta de intenção, a retirar as pequenas restrições cambiais até o final deste ano.

Essas restrições são: A) limitações às remessas de taxas de assistência técnica e de royalties; B) quotas de contribuição do café e do cacau; C) imposto sobre exportação de sucos de laranja e tangerina, de farelo de milho e de couros de gado; D) um imposto adicional progressivo acima de 25 por cento sobre remessas externas de lucros e dividendos que excederem a 12 por cento do lucro; e E) acordos bilaterais de pagamentos com a Hungria e Romênia.

Akihiro Ikeda afirmou que a retirada das restrições cambiais têm um caráter “meramente formal”, uma vez que o Fundo Monetário, não aceita que se faça a cobrança de impostos ou outros tipos de taxas no ato do fechamento do câmbio. O mesmo critério em estudo para o café e cacau poderá ser adotado no caso do suco de laranja e da tangerina, conforme adiantou.

O Chefe da Assessoria Econômica do Planejamento de descartou, contudo, qualquer mudança de conteúdo nesta área, refutando as interpretações de alguns economistas de que a eliminação dessas restrições cambiais viria liberalizar as remessas externas por conta de assistência técnica, de royalties e de lucros e dividendos.

Akihiro Ikeda informou que os dois técnicos do FMI que estão no Brasil — Ana Maria Juhl e Henry Ghesquière — já estiveram com o Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, tratando do tema. É provável que essas medidas sejam apreciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) durante sua reunião no próximo dia 20.